

OBS: Previamente à assinatura do instrumento contratual, a Contratada deverá comprovar para o gestor da contratação, no prazo de 3 (três) dias após a solicitação da Seção de Contratos, que possui cobertura em, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) do total de cidades onde existe Zona Eleitoral, sendo que deverão estar incluídas, obrigatoriamente, as cidades de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu. Ou seja, a empresa deverá comprovar que possui cobertura em, no mínimo, 79 (setenta e nove cidades), estando incluídas as citadas anteriormente**



**TRE
PARANÁ**

CONTRATO N.º/.....

PAD N.º 4030/2021

Anexo VII - Minuta do Contrato

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ e a empresa
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º/20...., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, **PAD n.º 4030/2021**, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em,
sita na Rua, neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF n.º xxx.....xx,
doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para realizar serviços de intermediação e agenciamento de **transporte de passageiros, por meio de táxi**, com fornecimento de plataforma informatizada, aplicativo de solicitação e ambiente web, para toda a Justiça Eleitoral do Paraná, em todas as cidades onde houver Zona Eleitoral.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 - Local de Entrega ou execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados para toda a Justiça Eleitoral do Paraná, em todas as cidades onde houver Zona Eleitoral, sendo que, atualmente são 158 (cento e cinquenta e oito) cidades, conforme anexo III.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1– As obrigações e responsabilidades da contratada, estão discriminadas no Termo de Referência - anexo I.

3.2 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

3.2.1. A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais;

3.2.2. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, na Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança e Informação da Justiça Eleitoral), na Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral), no que couber, bem como observar as normas e diretrizes relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, em especial a ISO 27.001 e ISO 27.701, assim como a todos os normativos internos da CONTRATANTE relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais;

3.2.3. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e colaboradores que atuarão na prestação dos serviços objeto deste contrato, acerca das obrigações e condições acordadas e dos atos normativos referidos na cláusula anterior.

3.2.4. A CONTRATADA deverá informar, na assinatura do contrato, os dados referentes ao seu encarregado de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – artigo 41), como nome, endereço eletrônico e telefones de contato.

3.2.5. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE sempre que necessário para a formalização de demandas ou o esclarecimento de dúvidas;

3.2.6. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD);

3.2.7. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

3.2.7.1. Na hipótese de se verificar que o cumprimento deste contrato dependa da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais, a CONTRATADA se compromete a informar ao CONTRATANTE, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática;

3.2.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, caso o CONTRATANTE autorize a subcontratação de determinados serviços a favor de terceiros que impliquem no fornecimento de dados pessoais referidos nesta cláusula, a CONTRATADA se compromete a celebrar, antes da subcontratação, um acordo de confidencialidade dos dados com a subcontratada, bem como a estender contratualmente a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste contrato;

3.2.8. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

3.2.9. Todos os colaboradores da CONTRATADA que vierem a ter acesso à rede de computadores do CONTRATANTE, a sistemas da Justiça Eleitoral ou a documentos físicos que contenham dados pessoais para a execução de suas atividades deverão assinar um Termo de Sigilo e Responsabilidade, o qual deverá ser entregue ao fiscal do contrato antes do início da prestação de serviço de cada colaborador;

3.2.10. A CONTRATADA se compromete a isentar o CONTRATANTE de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das suas obrigações no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas neste Contrato e na Lei nº 13.709/2018;

3.2.11. De acordo Com o art. 42 da LGPD, as partes responderão solidariamente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância ao que a Lei estabelece, e aquele que reparar o dano ao titular terá o direito de regresso contra os demais responsáveis;

3.2.12. O CONTRATANTE tem direito ao acesso às informações sobre o tratamento de seus dados, que serão disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, mediante solicitação;

3.2.13. Em caso de exposição/vazamento de dados ou qualquer incidente que implique

violação ou risco de violação de dados pessoais as partes deverão adotar os seguintes procedimentos:

3.2.13.1. Na hipótese de verificação por parte do CONTRATANTE, este obriga-se a comunicar o fato imediatamente à CONTRATADA, para que tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;

3.2.13.2. Na hipótese de verificação por parte da CONTRATADA, esta obriga-se a cientificar o CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a adotar as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;

3.2.13.3. Em ambos os casos, a CONTRATADA deverá comunicar documentadamente ao CONTRATANTE as providências adotadas, a extensão dos eventuais danos e todas as informações relevantes sobre o incidente.

3.2.14. Uma vez terminado este contrato, a CONTRATADA obriga-se, expressamente, a excluir todo e qualquer dado pessoal tratado para a finalidade de sua execução, inclusive backups e arquivos externos, isentando o CONTRATANTE de responsabilidade por qualquer dano e prejuízo, direto ou indireto, advindos de tratamento de dados pessoais perpetrados após o término.

3.2.14.1. Caso exista legislação específica que preveja o armazenamento dos dados em tempo superior ao deste contrato, a contratada deve cientificar a contratante antes de fazer qualquer exclusão, mantendo os dados armazenados pelo período legal requerido.

3.2.15. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta grave e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

3.3 – Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato vigorará pelo período **de 30 (trinta) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido ou prorrogado, por igual período, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta do Programa de Trabalho

.....,
Elemento de despesa:,
Nota de Empenho, de .../.../.....,
Categoria econômica: custeio.
Código SIASG: 24341

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O Contratante pagará à Contratada o valor total estimado de **R\$ 2.040.000,00 (dois**

milhões e quarenta mil reais), de acordo com a proposta, os quais fazem parte integrante deste contrato.

6.1.1 - Se a taxa for negativa ou zero, o contrato será formalizado pelo valor de referência acima.

OU (adequar)

6.1 – O Contratante pagará a Contratada o valor total estimado de **R\$** (.....), de acordo com a proposta, os quais fazem parte integrante deste contrato.

6.1.1 - Se a taxa for superior a zero, o contrato será formalizado pelo valor $VR + (VR \times i)$

$$P = VR + (VR \times i)$$

Sendo:

P: total da proposta;

VR: valor de referência (R\$ 2.040.000,00), o qual é invariável.

i: percentual da taxa de administração.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (i) A SER APLICADA SOBRE O VALOR TOTAL DE CADA FATURA: ____%

6.1.2 - O pagamento será realizado mensalmente, conforme os serviços efetivamente executados em cada mês, durante a vigência do contrato.

6.1.3 – A contratada estará sujeita a todo e qualquer tributo incidente sobre o objeto desta contratação, nos termos de legislação específica.

6.2 - Ocorrerá glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções, cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o IMR (Índice de Medição de Resultados) - **ANEXO V** do Edital. Nesse caso, a empresa deverá enviar a nota fiscal já com os ajustes de valores necessários (glosas), conforme % desconto da tabela abaixo:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,25% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal
2	0,50% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal
3	1,00% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal

6.3 – Do documento fiscal:

6.3.1 O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da a Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado

Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à Seção de Transportes e Expedição - STE. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail ste@tre-pr.jus.br, caso não seja possível lançar no sistema.

6.3.2 - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.3.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

6.3.4 – Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

6.4 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.4.1 – Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR,

6.4.2 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até 17.600,00. Conforme o artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93

6.4.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

6.4.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

6.4.5 – Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.5 – Da regularidade fiscal:

6.5.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.5.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.5.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.5.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.5.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA (Art. 56 da Lei 8.666/93)

7.1 - Para cumprimento das obrigações ora contratadas, a empresa deverá apresentar garantia impreterivelmente até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura do contrato, no valor de R\$ (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, cabendo à empresa optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária

7.1.1 - O Seguro garantia ou fiança bancária (não sendo aceita carta fiança) deverá ter número, nome do banco oficial emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

7.1.2 - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 7.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita as penalidades cabíveis.

7.2 – As garantias estabelecidas no item 7.1 deverão ser emitidas em real e ter a mesma validade da vigência contratual.

7.2.1 - A liberação da garantia será feita pelos Gestores da contratação no TRE-PR em até 10 (dez) dias do recebimento definitivo, após verificar a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, o que também inclui, o recolhimento de todos os tributos e taxas incidentes sobre o objeto da contratação.

7.3 - No caso de o contrato ser prorrogado a empresa deverá prorrogar a garantia no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta (data da abertura da licitação), segundo a variação do IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo) de cada período específico, editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

9.2 - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses da data da proposta (data da abertura da Licitação), após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 - São condutas que podem ensejar o descumprimento deste contrato, graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE E GRAVÍSSIMA, de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração, em consonância com os preceitos da lei, para fins de aplicação de penalidades:

a) considera-se conduta LEVE: o não cumprimento das cláusulas acessórias, bem como o descumprimento dos prazos estabelecidos para início da contratação, limitado a 5 (cinco) dias;

b) considera-se conduta MÉDIA: quando houver descumprimento dos prazos estabelecidos para início da contratação, superior a 5 (cinco) dias, limitado a 10 (dez) dias;

c) considera-se conduta GRAVE: a inadimplência parcial do objeto, assim como o descumprimento dos prazos estabelecidos para início da contratação maior que 10 (dez) dias, limitado a 15 (quinze) dias; ultrapassando-se esse limite, poderá ser aplicada, além da multa moratória, sanção compensatória calculada sobre o valor total da contratação; bem como se o percentual a ser descontado das ocorrências for superior à 20% (vinte por cento).

d) considera-se conduta GRAVÍSSIMA: A cessação da execução contratual, bem como a inadimplência total do contrato;

e) a reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza imediatamente superior, podendo implicar em rescisão unilateral do contrato.

10.2 - Com fundamento no acima disposto, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

a) ADVERTÊNCIA: Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

b) MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) MULTA de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na entrega do objeto ou na execução dos serviços ou pelo atraso no cumprimento dos demais prazos estipulados, incidente sobre o valor total do contrato, limitado a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º dia de atraso será considerado inadimplência total.

b.2) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura, caso o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior a 20% ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, conforme consta do anexo- V - IMR.

b.3) MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura para o cometimento de infrações de natureza MÉDIA;

b.4) MULTA de 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura para o cometimento de infrações de natureza GRAVE;

b.5) MULTA de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato para o cometimento de infrações de natureza GRAVÍSSIMA;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União: Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.3 – As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.4 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização,

assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

11.1.1 – Será também causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), conforme **anexo VI** (Declaração de Inexistência de Nepotismo).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba,de de 202.....

.....
Representante Legal
p/Contratada

.....
Dr. Valcir Mombach
Diretor - Geral - TRE/PR
p/Contratante

Anexos do contrato:

ANEXO I (Termo de Referência),
ANEXO III (Relação de cidades com ZE)
ANEXO IV (Termo de sigilo e responsabilidade),
ANEXO V (Instrumento de Medição de Resultado)
ANEXO VI (Nepotismo)

¹ excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato..